

PIB INDUSTRIAL
Estudo da CNI projeta nova
queda em 2016, de 5%

DESCONSIDERAÇÃO DA PJ
Projeto pode dar mais
segurança aos investidores

PRODUTIVIDADE
Programa ajuda empresas
em tempos difíceis

Indústria **BRASILEIRA**

Revista da Confederação Nacional da Indústria | Ano 1 | nº 2 | Maio 2016

NOVO GOVERNO

A AGENDA PARA SAIR DA CRISE



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA SENAI.

Atualize sua equipe e aumente a competitividade da sua empresa.



O **SENAI** tem o maior portfólio de cursos a distância para a indústria e acaba de lançar **42 novos cursos** técnicos e de qualificação profissional. Mantenha seus profissionais sempre atualizados para atender às demandas do mercado: invista em educação a distância com quem tem a melhor educação profissional do mundo.

 **22** cursos técnicos.

 **60** cursos de qualificação.

 Cursos customizados para sua empresa.

 Menor impacto na rotina de trabalho.

 Aumento nos índices de competitividade da empresa.

Acesse www.senai.br/ead
e saiba mais.



Iniciativa da CNI - Confederação Nacional da Indústria



CARTA AO LEITOR

A postura propositiva e construtiva da agenda institucional da Confederação Nacional da Indústria (CNI) está marcada nesta segunda edição da revista Indústria Brasileira, cuja matéria de capa trata da “Agenda para o Brasil sair da crise”, apresentada, ao final de abril, pelo presidente Robson Braga de Andrade ao então vice-presidente da República, Michel Temer.

A leitura das 36 propostas revela um guia claro e direto à disposição do agora presidente interino e de sua equipe para recuperar a confiança dos agentes econômicos, reativar a produção e afastar definitivamente o Brasil de uma das piores crises de sua história.

Também é destaque neste número o projeto de lei que regulamentará a desconsideração da pessoa jurídica, definindo regras para que se acione na Justiça o patrimônio pessoal de sócios de empresas que supostamente cometeram irregularidades de gestão, lesando credores.

A proposta quer evitar a discricionariedade dos juízes e dar mais segurança jurídica aos investidores, ainda mais retraídos neste momento de depressão. Especialistas no assunto, o deputado federal Danilo Forte (PSB-CE) e o senador Armando Monteiro (PTB-PE), deram entrevista sobre esse projeto à revista.

Ao falar do Brasil que avança, apesar dos entraves, a reportagem “Mudar para sobreviver” ilustra com casos concretos os êxitos do programa “Indústria+Produtiva”, que melhorou a produção das empresas pelas quais passou e promete chegar a 3 mil firmas em um ano.

Na mesma linha, um texto sobre as escolas móveis do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) desvenda a importância de um projeto que expande as fronteiras da indústria brasileira e, em quatro anos, já formou 52 mil alunos.

Boa leitura!

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

PRESIDENTE

Robson Braga de Andrade

VICE-PRESIDENTES

Paulo Antonio Skaf; Antônio Carlos da Silva; Paulo Afonso Ferreira; Paulo Gilberto Fernandes Tigre; Flavio José Cavalcanti de Azevedo; Glauco José Côrte; Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira; Edson Luiz Campagnolo; Jorge Parente Frota Júnior; Eduardo Prado De Oliveira; Jandir José Milan; José Conrado Azevedo Santos; Antonio José De Moraes Souza Filho; Marcos Guerra; Olavo Machado Júnior.

DIRETORES

Francisco de Assis Benevides Gadelha; José Carlos Lyra de Andrade; Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan; Jorge Wicks Côrte Real; Sérgio Marcolino Longen; Antonio Rocha da Silva; Heitor José Müller; Carlos Mariani Bittencourt; Amaro Sales De Araújo; Pedro Alves De Oliveira; Edílson Baldez Das Neves; Roberto Proença De Macêdo; Roberto Magno Martins Pires; Rivaldo Fernandes Neves; Denis Roberto Baú; Carlos Takashi Sasaí; João Francisco Salomão; Julio Augusto Miranda Filho; Roberto Cavalcanti Ribeiro; Ricardo Essinger.

CONSELHO FISCAL

João Oliveira de Albuquerque; José da Silva Nogueira Filho; Francisco de Sales Alencar; Célio Batista Alves; José Francisco Veloso Ribeiro; Clerlânio Fernandes de Holanda.

DIRCOM – Diretoria de Comunicação CNI/SESI/SENAI/IEL

Diretor

Carlos Barreiros

Gerente-executivo de Jornalismo

Rodrigo Caetano

DESENVOLVIMENTO e PRODUÇÃO FSB COMUNICAÇÃO

Consultor editorial

Wladimir Gramacho

Jornalista responsável

Rachel Mello (DF 3877/95)

Reportagem

Azelma Rodrigues

Ayr Aliski

Beatriz Borges

Isabel Sobral

Joelma Pereira

Projeto gráfico e editoração

Armando Salmito | FSB Design

Foto de capa

Ana Volpe / Senado

Revisão de texto

Renata Portella

Informações técnicas: (61) 3317-9472

Fax: (61) 3317-9456

email: revistacni@cni.org.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

ARTIGO DO PRESIDENTE



A HORA DE RECOMEÇAR
Momento é de correção de rota

6



SUMÁRIO

INDÚSTRIA EM AÇÃO

OS BURACOS NA ESTRADA DA PRODUÇÃO

Problemas logísticos podem ser resolvidos com novas concessões

8

CRISE MINA INDÚSTRIA NOS ESTADOS

CNI divulga nova ferramenta de pesquisa

10

AGENDA LEGISLATIVA

POR LIMITES MAIS CLAROS

CNI apoia projeto que separa o patrimônio da empresa do patrimônio dos sócios

14

REGRAS CLARAS DARÃO MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA

Entrevista com o deputado federal Danilo Forte

18

PROJETO BENEFICIA FISCO E INVESTIMENTOS

Entrevista com o senador Armando Monteiro

20

COMPETITIVIDADE



MUDAR PARA SOBREVIVER

Programa "Indústria+Produtiva" auxilia empresas

24

TERMÔMETRO ECONÔMICO



CORRUPÇÃO NO TOPO DAS PREOCUPAÇÕES

Brasileiros consideram que a corrupção é principal problema do Brasil

30

CAPA



A AGENDA PARA O BRASIL SAIR DA CRISE

36 propostas para a retomada do crescimento

34

GIRO BRASIL



Federações trabalham pelas exportações, gestão da qualidade e questões trabalhistas

38

GIRO GLOBAL



Mundo debate indústria 4.0, cadeias globais de produção e mudanças climáticas

40

PERGUNTAS PARA...



Professor da USP diz que cenário externo pode ser bom no curto prazo

42

SESI / SENAI / IEL

ESCOLAS MÓVEIS AMPLIAM FRONTEIRAS

Projeto completa quatro anos e registra a formação de 52 mil alunos

44

LOBBY COM BOA CONDUTA

Curso do IEL ofereceu formação sobre relações governamentais

46

A HORA DE RECOMEÇAR

Nações que atravessam processos de ruptura institucional não o fazem sem traumas ou incertezas quanto ao futuro de um novo governo. Doloroso, porém legítimo, o afastamento do ocupante da Presidência da República deve ser encarado como a chance singular de o Brasil corrigir os equívocos do passado recente que provocaram as crises política e econômica e mergulharam o país na mais persistente recessão dos últimos 80 anos.

O momento é de correção de rota e enfrentamento dos velhos obstáculos ao crescimento da economia brasileira, como apresenta e leva ao debate a segunda edição da revista *Indústria Brasileira*. Não se colocará o Brasil na trilha do desenvolvimento sustentável sem ações resolutas, eficazes e perenes. O resgate da confiança de cidadãos e empresários no país em suas instituições e governantes é urgente, mas factível e os caminhos são conhecidos.

Determinada a contribuir nesse esforço, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentou

ao novo governo eixos de ações emergenciais. O conjunto de 36 propostas, construído em parceria com federações estaduais e associações setoriais da indústria, atua sobre distorções da economia, atacando a burocracia e a insegurança jurídica para propiciar a redução de custos e a consequente melhoria do ambiente de negócios. Mais que isso, dão especial atenção à eficiência do Estado e ao equilíbrio das contas públicas.

Neste eixo, a edição destaca a reforma da Previdência Social, urgente e indispensável para reduzir a pressão sobre as contas públicas da União. A ameaça presente aos benefícios das próximas gerações só será eliminada se assegurarmos que a sustentabilidade do sistema previdenciário. Felizmente, cresce entre a população brasileira a compreensão e o apoio a mudanças que assegurem o futuro do regime e dos benefícios hoje previstos ao trabalhador.

Como mostra a pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira: Previdência*, feita pela CNI em parceria com o Ibope Inteligência, 65% dos entrevistados

apoiam a definição de idade mínima para aposentadorias por tempo de contribuição e 75% preferem mudanças nas regras que preservem o atual regime de benefícios. Para a CNI, a reforma é inevitável para reverter, no médio prazo, um rombo que deve chegar a R\$ 200 bilhões em 2016 e apresenta trajetória insustentável, se mantidas as atuais regras.

Paralelamente, como mostra matéria de destaque desta edição, é preciso eliminar focos de insegurança que afastam investidores e desestimulam o empreendedorismo. A definição de regras claras para a desconsideração da personalidade jurídica representa avanço relevante ao definir um rito previsível de quando e como os bens pessoais de sócios e acionistas podem ser imobilizados em ações judiciais ou processos administrativos.

Os sinais de que a crise política começa a se dissipar realimentaram confiança do setor industrial no futuro próximo. O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) subiu 4,5 pontos em maio, maior alta mensal da série histórica, denotando queda do pessimismo com o cenário nacional, sobretudo com a economia. Um sentimento de otimismo só deve se disseminar, no entanto, se a sociedade – cidadãos e empresários – perceberem que há empenho firme para se fazer o ajuste fiscal e realizar as reformas de que o Brasil precisa.



Robson Braga de Andrade

OS BURACOS NA ESTRADA DA PRODUÇÃO

MÁ QUALIDADE DE RODOVIAS, PORTOS INEFICIENTES E OUTROS PROBLEMAS LOGÍSTICOS PODEM SER RESOLVIDOS COM NOVAS CONCESSÕES PARA O SETOR PRIVADO

A história do desenvolvimento econômico em todo o mundo comprova que o setor privado é muito mais eficiente que o Estado para empreender e cuidar de atividades econômicas inerentes ao sistema produtivo. O estado da infraestrutura no Brasil é, talvez, um dos maiores exemplos dessa conclusão.

O país convive com sérios problemas nessa área, decorrentes, em parte, dos investimentos que somam apenas 2,45% do Produto Interno Bruto (PIB), e noutra parte da lentidão e timidez das concessões ao setor privado para expansão e manutenção da infraestrutura de transportes e logística, que hoje encarecem a produção nacional e reduzem a competitividade externa.

Segundo o estudo Competitividade Brasil 2014, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o país ocupa o penúltimo lugar num ranking com apenas 15 países, cujas economias têm porte ou estágio de desenvolvimento semelhante ao brasileiro. Perde, por

exemplo, para todos os demais integrantes do BRICS.

“Os prejuízos da falta de expansão, manutenção e modernização destes serviços (de infraestrutura) são altos, e o setor produtivo nacional sente os efeitos desta deterioração”, avalia Wagner Cardoso, gerente-executivo de Infraestrutura da CNI. Segundo ele, só a participação do setor privado no investimento e ges-

“Os prejuízos da falta de expansão, manutenção e modernização destes serviços (de infraestrutura) são altos”

Wagner Cardoso, gerente-executivo de Infraestrutura da CNI

tão desses serviços permitirá a superação dos obstáculos presentes nos sistemas de infraestrutura e logística do país.

O avanço das concessões nessas áreas foi uma das chaves sugeridas pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, ao presidente interino Michel Temer, como forma de tirar o país da crise neste momento. (Leia mais sobre o encontro em reportagem à página 34.)

O economista e consultor Cláudio Frischtak considera que a agenda de modernização da infraestrutura não deve pertencer a um ou outro governo, mas ao Estado. “Os investidores precisam de garantias de médio e longo prazo. Para isso, é preciso ter um mínimo de estabilidade nas regras”, justifica Frischtak. Ele lembra que essas garantias valem tanto para os operadores de serviços como para os financiadores de obras.

Principal documento de planejamento produtivo de longo prazo para o Brasil, o Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022 aponta a infraestrutura como um dos dez fatores-chave para assegurar o crescimento sustentável da econo-

mia brasileira. O documento aponta claramente para a necessidade de elevação do investimento na área dos atuais 2,45% do PIB para 5% em 2022.

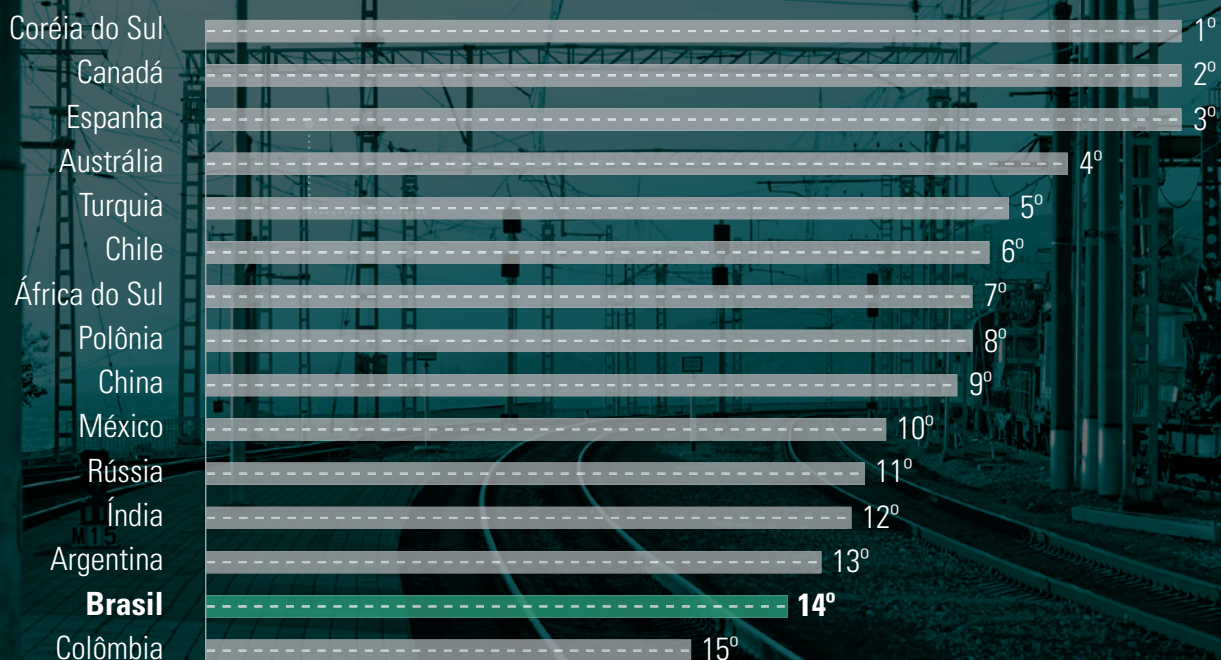
Sem aumentar investimentos, o país vai continuar convivendo com rede de transporte não integrada e ineficiente, com desabastecimentos de energia e sem saneamento básico na maior parte das cidades brasileiras.



Má conservação de estradas, principal modal do país, impõe custo adicional às exportações

Atraso nacional

Estudo Competitividade Brasil 2014 (CNI) mostra distância do país em relação a outras economias com estágio semelhante de desenvolvimento



CRISE MINA INDÚSTRIA NOS ESTADOS

CNI DIVULGA NOVA FERRAMENTA DE PESQUISA QUE PERMITE ACOMPANHAR O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA EM CADA UNIDADE DA FEDERAÇÃO

A crise econômica abateu a atividade industrial em quase todo o país, segundo o recém-lançado “Perfil da Indústria nos Estados”, plataforma que apresenta dados estatísticos sobre o setor industrial brasileiro em cada uma das 27 unidades federativas. A ferramenta de consulta online mostra que foi grande a perda de relevância da indústria na economia brasileira entre 2010 e 2013, dado mais recente disponível ao nível estadual.

Nada menos que 23 Unidades da Federação registraram diminuição do peso da indústria na composição do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. As maiores quedas ocorreram na Bahia (-6,6 pontos percentuais), no Amazonas (-5,7), em Tocantins (-4,3) e em São Paulo (-4,2). Na média nacional, a contribuição da indústria para o PIB brasileiro caiu 2,5 pontos

percentuais, passando de 27,4% para 24,9%. No mercado de trabalho, cujos dados são mais atualizados, a participação das indústrias estaduais na força de trabalho caiu ou se manteve inalterada em dez unidades federativas entre 2006 e 2014.

“É um quadro preocupante que reforça a urgência da adoção de medidas capazes de resgatar a confiança do empresariado, impulsionar o investimento e melhorar o ambiente de negócios com foco no longo prazo”, diz o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade.

De acordo com o levantamento, apenas 74% das indústrias registraram investimentos no ano passado, o menor percentual desde 2010, quando a entidade começou a pesquisar o assunto. Em 2016, não se espera um quadro melhor.

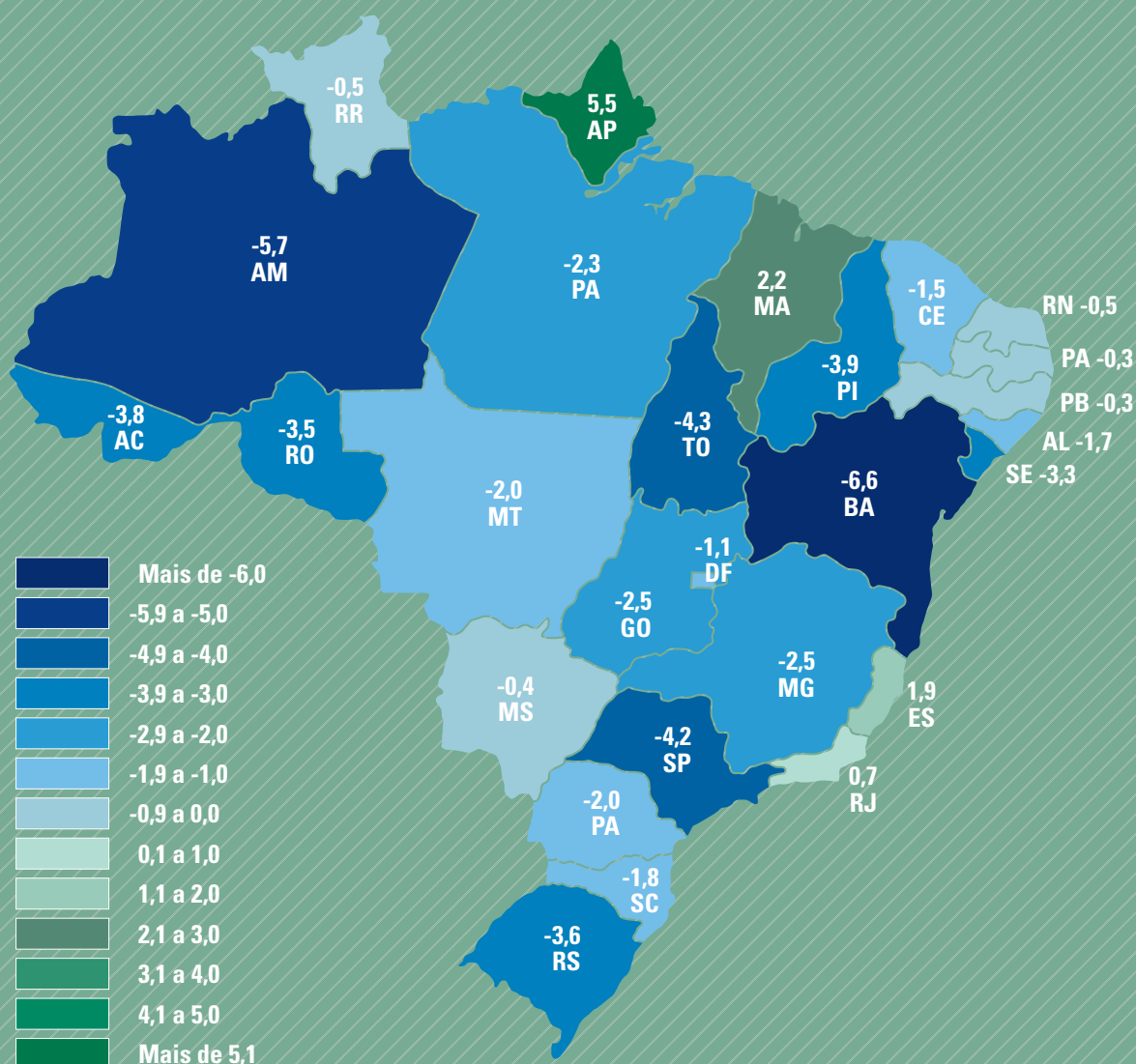
A estimativa é de que somente 64% das empresas invistam este ano. Ainda assim, dois terços delas devem apenas dar continuidade a projetos já iniciados.

Maior parque fabril do país, com PIB industrial de R\$ 323 bilhões, o estado de São Paulo perdeu espaço na composição da produção industrial nacional. Em 2010, 32,1% de todos os produtos industrializados fabricados no Brasil saíram de plantas paulistas. Em 2013, esse percentual caiu a 28,6%. Em relação ao PIB paulista, a participação da indústria local passou de 27,1% em 2010 para apenas 22,9% em 2013.

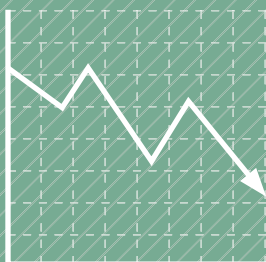
A previsão da CNI é que, por causa da crise, na próxima edição do estudo, com dados de 2014 apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a queda da indústria no PIB deve atingir todos os estados.

O efeito da crise em cada estado

Variação em pontos percentuais na participação da indústria no PIB dos estados, 2010–2013



Entre 2010 e 2013:



Contribuição da indústria para o PIB Nacional caiu de 27,4% para 24,9%

Em 23 estados e no Distrito Federal, houve queda da indústria no PIB local

Em 11 UFs, a queda foi igual ou maior que a registrada na média nacional

SERVIÇO: Consulte o "Perfil da Indústria nos Estados": <http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/>

CNI LEVA À FIEMS PANORAMA SOBRE COBRANÇA DA ÁGUA

O coordenador da Rede de Recursos Hídricos da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Percy Soares Neto, apresentou um panorama sobre a cobrança pelo uso da água no país aos empresários industriais de Mato Grosso do Sul, no dia 12 de abril. O evento foi organizado pelo Conselho Temático Permanente de Meio Ambiente da Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso do Sul (FIEMS) e contou com o apoio da CNI e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

REUNIÃO ANUAL DO BID UNE LÍDERES EMPRESARIAIS

Em busca de melhores condições de integração regional, o diretor de Desenvolvimento Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Carlos Abijaodi, participou da Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nas Bahamas, entre os dias 7 e 10 de abril. Noventa líderes empresariais de 22 países discutiram o documento "Diálogo à Ação: recomendações de políticas e propostas de alianças público-privadas", que aponta 30 medidas para a integração do continente, a facilitação do comércio e o aumento da produtividade.



Reunião do Conselho de Infraestrutura da CNI em abril

COINFRA DEBATE CAUSAS DO SANEAMENTO DEFICIENTE

O Brasil precisa triplicar seu investimento em saneamento básico para universalizar o serviço e dar melhores condições ao setor produtivo. Essa foi uma das principais conclusões da reunião de abril do Conselho de Infraestrutura da CNI. Segundo dados apresentados pelo presidente do Instituto Trata Brasil, Édison Carlos, o país deveria investir 0,63% do Produto Interno Bruto (PIB) para alcançar a universalização. Deficiências no saneamento aumentam os custos das indústrias e a perda de água é risco estrutural para o crescimento da atividade produtiva.



Sede do Supremo Tribunal Federal, em Brasília

AÇÕES NO STF QUESTIONAM MEDIDAS DO GOVERNO DO RJ

A CNI tem levado ao Supremo Tribunal Federal (STF) ações diretas de inconstitucionalidade contra medidas do Governo do Estado do Rio de Janeiro que oneram o contribuinte e afetam a competitividade da indústria. Em março, foi ajuizada ação contra a cobrança da taxa de fiscalização do setor de energia elétrica. Novas medidas estão em elaboração para questionar o adicional de 1% ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECF) e para permitir à CNI participar de ações que questionam a Taxa de Fiscalização do Petróleo e Gás e a ampliação da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o petróleo.

ÚLTIMOS DIAS DE INSCRIÇÃO NO PRÊMIO CNI DE JORNALISMO

Dia 29 de maio encerram-se as inscrições para o Prêmio CNI de Jornalismo, que em 2016 comemora cinco anos de existência. O objetivo do prêmio é dar reconhecimento aos profissionais que levam informação de qualidade todos os dias para os brasileiros, além de reconhecer o papel da imprensa e seu compromisso com a agenda do desenvolvimento do país. A inscrição para o prêmio é realizada pela Internet em www.portaldaindustria.com.br. Serão distribuídos R\$ 310 mil em prêmios a 13 categorias.



OMBUDSMAN DE INVESTIMENTO ESTRANGEIRO EM DEBATE NA APEX

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) reuniu em Brasília, entre 25 e 27 de abril, representantes de governos estaduais, federações de indústria e de órgãos da administração federal para um workshop de capacitação na promoção de investimentos estrangeiros. A CNI foi uma das parceiras do evento, que apresentou ao público a figura do "Ombudsman de Investimentos Estrangeiros". Na Coreia do Sul, precursora na criação do ombudsman como facilitador do fluxo de investimentos estrangeiros, a experiência acelerou a criação de novos empregos.



Evento da Apex-Brasil sobre promoção de investimentos estrangeiros



POR LIMITES MAIS CLAROS

CNI APOIA PROJETO QUE SEPARA O PATRIMÔNIO DA EMPRESA
DO PATRIMÔNIO DOS SÓCIOS, JÁ APROVADO NA CÂMARA
E AGORA EM TRAMITAÇÃO NO SENADO FEDERAL



Projeto está em tramitação no Senado Federal, onde o relator é Cassio Cunha Lima (PSDB-PB)

Foto: Jefferson Rudy / Agência Senado

Num dia normal da vida de uma pessoa jurídica, o capital da empresa mora em um lado da cidade e o patrimônio de seus sócios, noutro. Não se veem nem se encontram. Mas o que acontece quando a empresa quebra por abusos e irregularidades cometidas por alguns de seus sócios, causando prejuízos a terceiros? Quando um problema assim chega à Justiça, surge o instrumento da desconsideração da personalidade jurídica, que rompe a fronteira entre o que é da empresa e o que é patrimônio particular para, assim, garantir o pagamento a terceiros. Isso pode parecer justo, mas, por muitas vezes, invade e bloqueia contas bancárias de ex-sócios minoritários, de pessoas que nada tiveram a ver com as razões da quebra

e, por causar insegurança jurídica, tende a afastar investimentos.

Por esses motivos, a desconsideração da personalidade jurídica é, para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), uma das prioridades regulatórias no Congresso Nacional. O projeto que trata do tema é o PLC 69/2014, foi apresentado em 2003 na Câmara dos Deputados, lá aprovado em 2008, e tramita atualmente no Senado Federal.

“É preciso resolver a questão no campo processual e no campo material”, aponta o gerente-executivo Jurídico da CNI, Cassio Borges. “A mera insuficiência patrimonial não autoriza a desconsiderar a personalidade jurídica”, diz, defendendo a existência de limites claros entre a pessoas física e jurídica. Borges

relata que as incertezas nessa área desestimulam não apenas investimentos nacionais, mas também estrangeiros, principalmente por causa de questionamentos na área trabalhista. A Justiça trabalhista, aliás, não tem levado em conta o novo Código de Processo Civil (CPC), Lei 13.105 de 2015, dificultando a aplicação da desconsideração da pessoa jurídica nessa área.

O princípio da desconsideração da personalidade jurídica apresenta-se justo, em um primeiro momento, ao estabelecer a responsabilização de quem cometeu uma irregularidade. Mas a dosagem da aplicação da regra já provocou pesadelos a muitos empreendedores que, de um dia para outro, viram suas contas bancárias bloqueadas, sem ter tempo para se defenderem.



“O principal objetivo do projeto de lei é a criação de um rito procedimental para assegurar o exercício do contraditório na desconconsideração da personalidade jurídica, o que já está previsto no novo Código de Processo Civil”, relata o advogado Mauro Pedroso Gonçalves, do escritório Trench, Rossi e Watanabe Advogados.

Gonçalves lembra que, antes da vigência do novo CPC, muitos abusos eram cometidos por juízes contra o patrimônio de sócios de empresas que tiveram suas personalidades jurídicas desconSIDERADAS. “Há diversos casos em que até ex-sócios eram surpreendidos com o bloqueio de suas contas bancárias sem ter qualquer conhecimento da execução que deu origem a esse bloqueio”, conta Gonçalves. Segundo ele, “não há dúvidas de que a criação desse incidente pelo novo CPC veio em boa hora para trazer uma maior estabilidade jurídica para as relações entre as empresas, seus sócios e, principalmente, seus ex-sócios”.

O advogado Diógenes Gonçalves, do escritório Pinheiro Neto, considera que “novos ajustes (na aplicação da regra do código) se farão pela jurisprudência ou por alguma emenda ao CPC”. Na mesma linha, o sócio da Gustavo Tepedino Advogados e professor da Universidade Federal do Rio de Ja-

conceito da desconSIDERAÇÃO da pessoa jurídica. Segundo eles, o mais importante é a consolidação do novo código em diversas instâncias: trabalhista, cível, criminal, ambiental e tributário. Alguns lembram que a aplicação do novo regramento foi inclusive acolhida recentemente no âmbito trabalhista pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região.

Na avaliação da CNI, contudo, o novo código é apenas um passo adiante, mas há como ir além e assegurar maior garantia ao investidor. “O CPC é um avanço? Sim. Mas não traz ainda a serenidade que o empresário busca. O CPC é um conjunto de regras

processuais, mas a aplicação não é só processual, é substantiva”, diz Cassio Borges, da CNI. A palavra agora é do relator do projeto, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a quem cabe um parecer sobre o texto em tramitação no Senado.

“O novo Código de Processo Civil é um avanço? Sim. Mas não traz ainda a serenidade que o empresário busca.”

Cassio Borges, gerente-executivo Jurídico da CNI

neiro (UFRJ), André Roque, avalia que o novo CPC pacificou o debate sobre a aplicação da desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica.

A interpretação dos advogados é que o novo CPC é suficiente para garantir a plena e correta aplicação do

processuais, mas a aplicação não é só processual, é substantiva”, diz Cassio Borges, da CNI. A palavra agora é do relator do projeto, senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), a quem cabe um parecer sobre o texto em tramitação no Senado.

Gerente-executivo Jurídico da CNI, Cassio Borges defende a aprovação do projeto



Foto: Miguel Ângelo / CNI

A CNI defende



O QUÊ?

A aprovação do PLC 69/2014, que trata da descon sideração da personalidade jurídica, instituto jurídico que permite a responsabilização de bens particulares dos sócios e administradores, caso estes tenham cometido ilícitos



POR QUÊ?

Para dar segurança jurídica aos empresários e promover maiores investimentos domésticos e estrangeiros



COMO ESTÁ?

O projeto foi apresentado em 2003 na Câmara dos Deputados e lá aprovado em 2008. Tramita no Senado Federal

REGRAS CLARAS DARÃO MAIOR SEGURANÇA JURÍDICA

PREOCUPADO COM A RETRAÇÃO DOS INVESTIDORES NACIONAIS E ESTRANGEIROS, DANILO FORTE SUGERE REDUZIR DISCRICIONARIEDADE DOS JUÍZES PARA TRAZER MAIOR CONFIANÇA PARA AS RELAÇÕES EMPRESARIAIS

O deputado federal Danilo Forte (PSB-CE) é um dos maiores especialistas no Congresso Nacional sobre a desconconsideração da personalidade da pessoa jurídica. Relator do projeto na Câmara dos Deputados, o parlamentar lembra que a mera aplicação do Código Civil dá muita margem à discricionariedade dos juízes. Com as regras atuais, diz, “cada magistrado pode, de acordo com o seu critério individual, determinar se a medida é cabível ou não”. A proposta que tramita na Câmara, defende Forte, amplia a possibilidade de defesa e do contraditório, contribuindo para aplacar eventuais atos de má-fé. Assim, ficam mais protegidos a livre concorrência, os investimentos, o mercado, enfim.

Por que a instituição de uma lei para tratar do procedimento de desconconsideração da personalidade jurídica é importante para o país?

A importância da lei específica se dá justamente por se tratar de uma disposição que foi preconizada de forma genérica, deixando que o juiz aplique, no caso concreto, parâmetros próprios. A proposta busca o balizamento dessa medida de exceção, visando assegurar o contraditório, a ampla defesa e o devido processo legal.

O artigo 50 do Código Civil já seria suficiente?

Não é suficiente, justamente por deixar a critério exclusivo do magistrado a adoção da medida de exceção sem que



*Danilo Forte,
deputado federal
pelo PSB do Ceará*

Foto: Gustavo Lima / Câmara dos Deputados

esta, por sua vez, possua requisitos claros consubstanciados em lei. Como atualmente vigora, cada magistrado pode, mediante provocação e de acordo com o seu critério individual, determinar se a medida é cabível ou não.

As regras existentes, como o novo Código de Processo Civil, já não garantem acesso ao contraditório e à ampla defesa?

Não há a garantia plena. O que o projeto de lei estabelece é que, para postular a desconsideração da pessoa jurídica, será necessária a indicação dos atos cometidos pelos sócios ou administradores que ensejem a responsabilização. Essa postulação será julgada em apartado, ampliando

a possibilidade de defesa e do contraditório sobre essa questão específica, ao invés da regra vigente, em que o julgamento é feito em um só auto processual.

Qual é a importância para o setor produtivo de qualificar a definição da desconsideração da personalidade jurídica?

A regra atuará no sentido de coibir a prática nefasta utilizada por alguns sócios e administradores que, ao violarem a lei ou um contrato, se valham da sociedade como escudo. A medida contribui para aplacar a má-fé de eventuais administradores que buscam blindar ilícitos se valendo da pessoa jurídica, prejudicando as relações empresariais, a

livre concorrência, a confiança mercadológica e o investimento no setor produtivo como um todo.

O senhor acredita que o atual momento permitirá que o debate avance, rumo à aprovação do texto?

Sem dúvidas. Num quadro de aprofundamento da crise, com a destruição da política fiscal pelo governo Dilma, o avanço da inflação, do desemprego e do déficit financeiro, é bem-vinda toda medida que tem por objetivo trazer maior segurança jurídica às relações empresariais, aumentando a confiança dos mercados e, consequentemente, a perspectiva de investimentos no país.

PROJETO BENEFICIA FISCO E INVESTIMENTOS

SENADOR ARMANDO MONTEIRO DIZ QUE REGULAMENTAÇÃO DA APLICAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PJ SERÁ BENÉFICA PARA O AMBIENTE DE NEGÓCIOS. VÁCUO NA LEGISLAÇÃO GERA INSEGURANÇA ÀS EMPRESAS

O aprimoramento da figura da desconsideração da personalidade jurídica está no foco de atenção do senador Armando Monteiro (PTB-PE). Ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior no governo Dilma Rousseff e ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro defende que o país tenha uma lei para tratar do tema. Acredita que uma clara regulamentação sobre a aplicação do instrumento jurídico será benéfica para o ambiente de negócios do país e estimulará a economia nacional a superar a grave crise atual. Apesar da legislação já existente, o tema demanda regras complementares para garantir mais segurança jurídica às empresas.

Por que é importante qualificar o instrumento da desconsideração da personalidade jurídica em uma lei?

É importante aprovar uma lei ordinária que discipline mais amplamente o assunto, pois existem vácuos na legislação que causam insegurança às empresas e, em consequência, inibem os investimentos privados, uma das principais causas da grave crise econômica por que passa o país. O projeto de lei em tramitação no Senado, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e em exame na Comissão de Assuntos Econômicos, atende plenamente todas essas necessidades.

Armando Monteiro,
senador pelo PTB
de Pernambuco



Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

Apesar de o mecanismo estar previsto em alguns diplomas legais, como o Código Tributário Nacional e o recente Código de Processo Civil, o instrumento da desconsideração da personalidade requer regras complementares.

O novo Código do Processo Civil, que como o senhor diz, já trata do tema, não seria suficiente?

De forma alguma. Muito pelo contrário. As novas regras, como estabelece o projeto de lei em análise no Senado, dão justamente segurança legal à aplicação da desconsideração da personalidade jurídica. O projeto veda, por exemplo, que a desconsideração seja decretada

de ofício pelo juiz. Também estabelece, entre outras medidas, o contraditório, o direito de defesa do contribuinte. Para que se inicie o processo de desconsideração, exige do Fisco relatório detalhado dos atos ou negócios supostamente irregulares e provas de que houve irregularidades no caso.

Estabelecer uma lei sobre o tema não poderia ser considerado uma proteção somente ao empresário?

O projeto atende também aos interesses da própria Receita Federal, na medida em que a falta de regulamentação detalhada sobre o processo de desconsideração pode ocultar do Fisco os

verdadeiros aspectos do fato gerador da obrigação tributária, frustrando sua atividade fiscalizadora.

O momento atual é oportuno para fazer a discussão sobre o tema avançar? Ajudaria na retomada do crescimento?

O momento é oportuníssimo. Em uma conjuntura de agudo desaquecimento da economia, como a atual, é imprescindível dar segurança jurídica à atividade empresarial e, dessa forma, contribuir para estimular os investimentos privados, uma das grandes saídas para superarmos a profunda crise econômica que atravessamos atualmente.

AMEAÇA AO PARQUE INDUSTRIAL

NORMA REGULAMENTADORA Nº 12 (NR-12)

CONFUNDE MÁQUINAS NOVAS COM EQUIPAMENTOS SEGUROS

Criada para estabelecer parâmetros que garantam que todo local de trabalho tenha condições mínimas de proteção ao empregado, as Normas Regulamentadoras (NR) definem procedimentos relativos à segurança e saúde no trabalho. Mas uma delas, a polêmica NR-12, ameaça a sobrevivência de boa parte dos equipamentos industriais do país.

Essa norma exige renovação imediata de grande parte do maquinário existente, pois considera irregular e, em alguns casos, inutilizável todo equipamento adquirido antes de 2010. Ainda que a máquina não tenha histórico de acidente.

O presidente do Conselho de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Alexandre

Furlan, acredita que “a distinção não deve ser feita entre uma máquina nova ou usada, mas sim entre uma segura e outra insegura”. Sobre o alcance temporal da regra, Furlan argumenta que “não é razoável que uma norma retroaja e jogue na ilegalidade quase todo um parque industrial brasileiro”.

Com objetivo de alinhar o padrão nacional ao praticado por países europeus em termos de segurança de máquinas, a nova norma impôs regras rígidas tanto para a fabricação de equipamentos quanto para a adequação daqueles já em utilização. Mesmo que exista a possibilidade de adequação das máquinas em funcionamento, estimativas feitas por alguns setores da indústria mostram necessidade de grandes investimentos. Além

disso, a norma não prevê distinção entre a responsabilidade da empresa que utiliza a máquina e a do fabricante, separação que estrutura uma das principais reivindicações da CNI nesse embate.

Tal discussão, aliás, é muito pouco instruída por dados oficiais que permitam a formação de um diagnóstico preciso. Os números divulgados pela Previdência Social, por exemplo, não mostram a parcela de casos de acidentes laborais que estão diretamente relacionados a máquinas e equipamentos afetados pela NR-12. Ainda assim, estatísticas do Ministério do Trabalho revelam que, entre 2010 e 2013, o número de máquinas interditadas subiu 365%, sem a correspondente informação sobre sua periculosidade.

A **CNI** defende

A revisão da NR-12



O fim da retroatividade sobre equipamentos em utilização



A distinção entre a responsabilidade de fabricantes e usuários de máquinas



O tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas





Foto: T photography / Shutterstock.com

*A norma jogou na
ilegalidade toda máquina
fabricada antes de 2010*



Foto: José Paulo Lacerda / CNI

MUDAR PARA SOBREVIVER

PROGRAMA “INDÚSTRIA+PRODUTIVA” AUXILIA EMPRESAS A AUMENTAR SUA PRODUÇÃO EM TEMPOS DE CRISE. META É ATENDER 3 MIL EMPRESAS EM UM ANO

Indústrias brasileiras estão aproveitando o momento de recessão econômica para cortar custos, rever gastos, eliminar desperdícios e aumentar a produtividade. Tudo isso para não demitir e se manter no mercado.

Foi o que aconteceu com a mineira Delp Engenharia Mecânica. Há 52 anos no mercado, a empresa viu a crise econômica bater à porta. “Em meados do ano passado, começamos a refletir sobre como melhorar a produtividade e reduzir custos, sem demitir pessoal. Por coincidência, a Federação das Indústrias do

Estado de Minas Gerais (FIEMG) nos procurou e propôs a implantação de uma metodologia que foi ao encontro do que precisávamos”, relembra o diretor industrial, Josane Cristiano Brandão.

O método de gestão da produção faz parte do Programa de Apoio à Indústria Brasileira para o Aumento da Produtividade, conhecido como “Indústria+Produtiva”, um projeto da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). A ideia do programa é

aumentar a produtividade das empresas com a adoção de pequenas mudanças que podem fazer toda a diferença, como nos casos relatados nesta reportagem.

Segundo o gerente-executivo de Política Industrial da CNI, João Emílio Gonçalves, a ideia do programa surgiu de exemplos de boas práticas, como na Embraer, que mudou o layout de sua linha de produção e a forma de fazer e montar aviões para também sobreviver no mercado. “O que fizemos foi adaptar boas práticas para a realidade de empresas menores”, conta.

SOLDADOR CAMINHAVA MUITO



Foto: Divulgação / Delp Engenharia

Na Delp Engenharia, Josane Brandão conta que a produtividade aumentou sem demissões

A Delp Engenharia Mecânica produz peças e equipamentos para os setores de óleo e gás, de geração de energia e para o setor naval. Na fábrica, o maior entrave para ampliar a produtividade era eliminar o desperdício, principalmente de tempo, na linha de produção, sem ter de investir em máquinas ou demitir funcionários.

Um consultor do SENAI passou uma

semana observando o modo operando da fábrica e sugeriu que o projeto fosse desenvolvido na banca de montagem e solda de tubulações.

Foi detectado que cada soldador percorria, dentro da fábrica, uma média de 5,5 km por dia para concluir a montagem de um único produto. Isso porque, cada vez que precisava de uma peça ou de um equipamento, o empregado

tinha de parar a produção e, no percurso entre a banca de montagem e o local onde estava a peça, acabava desviando-se para conversar ou tomar um café.

“Mudamos o layout do local de trabalho e montamos um kit com tudo o que o soldador precisaria para produzir a tubulação. Com isso, reduzimos a distância percorrida para apenas 340 metros ao dia”, explica Josane Cristiano Brandão.



REDUÇÃO DE
DESLOCAMENTO POR
DIA DO SOLDADOR:

DE 5,5 KM PARA
340 METROS POR DIA





Foto: Divulgação / Transmaq

Leonardo Pedroso, da Transmaq, diz que a empresa nunca havia melhorado tanto em tão pouco tempo

MONTADOR GANHA MESA CIRÚRGICA

A Transmaq Motorredutores, localizada na cidade de Sapucaia do Sul (RS) conseguiu, com o programa “Indústria+Produtiva”, implantar uma espécie de mesa cirúrgica na linha de produção de redutores de engrenagem e de velocidade, usados em máquinas industriais.

O dono da empresa, Leonardo Pedroso, explica que foi criada uma cesta com os produtos necessários para a

montagem dos motorredutores. “Tratamos o montador como se fosse um cirurgião. E um cirurgião não sai da mesa de cirurgia para buscar suas ferramentas, abandonando o paciente. A lógica tinha de ser a mesma”, compara.

O montador passou a contar com a ajuda de um funcionário que alimentava a bancada onde se realizava todo o trabalho. “Com isso, reduzimos de 40 para 30 minutos o tempo gasto para

produzir um motorreductor”, conta. Apesar da ociosidade de alguns funcionários com a nova metodologia de trabalho, não houve demissões, mas realocação.

Leonardo Pedroso lembra que, apesar de estar no mercado há 45 anos, a empresa nunca havia passado por um processo de gestão interna que trouxesse tantos pontos positivos em tão pouco tempo.

REDUÇÃO DO TEMPO
GASTO PARA PRODUÇÃO
DE MOTORREDUTOR:

DE 40 PARA 30 MINUTOS



DANÇANDO CONFORME A MÚSICA

Delfino Masani Tsukuda, sócio-gerente da empresa Vector Musical, da cidade de Maringá (PR), sabe bem o significado do jargão “tempo é dinheiro”, principalmente para quem atua no mundo do showbiz! A indústria de acessórios para o segmento musical funciona há quase 20 anos com a fabricação de pedestais de microfone, suportes para violão, guitarra e banners, entre outros produtos.

O empresário conta que, quando recebeu o convite para participar do Indústria+Produtiva, não tinha muita expectativa sobre a efetividade da implantação da metodologia em sua empresa. “Achávamos que não havia espaço para ampliação e melhoria na empresa. A crise econômica pela qual passamos é algo que já está posto. Era segurar as pontas e esperar passar”, lembra.

Entretanto, o diagnóstico realizado pelo consultor do SENAI apontou falhas na linha de produção dos pedestais e de porta-banners, que impediam o aumento na fabricação de produtos. Segundo Tsukuda, a produção aumentou 30% com as correções adotadas. “Tivemos que dançar conforme a música”, brinca o empresário.



CORREÇÃO NA LINHA DE
PEDESTAIS E PORTA-BANNERS

AUMENTO DE 30% NA PRODUÇÃO



PARA VENDER MAIS E MELHOR AO MÉXICO

CNI ELABORA DOCUMENTO COM 46 RECOMENDAÇÕES PARA REDUZIR BARREIRAS TARIFÁRIAS E NÃO TARIFÁRIAS NO COMÉRCIO COM MEXICANOS



Cidade do México, símbolo de um país com mercado consumidor formado por 122 milhões de habitantes

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) fez 46 recomendações para ampliar e fortalecer as relações comerciais do Brasil com o México. As propostas englobam ações de acesso a mercados, regras de comércio internacional com enfoque em barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, a defesa comercial e as compras governamentais, entre outras.

Uma das maiores preocupações está na desgravação tarifária, em que foram sugeridas a adoção de certificação de origem digital dos produtos, a adoção do prazo máximo de 48 horas para liberação de mercadorias e a redução na demora injustificável para liberação de

bens perecíveis importados, notificando o exportador em sete dias.

No caso da certificação digital, o documento é usado como uma garantia de legitimidade dos produtos brasileiros exportados, ou seja, significa que adotam critérios internacionais, tendo maiores chances de concorrer no mercado externo, inclusive com benefícios tarifários.

Entre as vantagens de possuir o documento de certificação digital, estão a redução dos custos operacionais entre exportadores e aduanas, a diminuição do tempo de duração do trâmite comercial, o pagamento de tarifas menores e até de isenção de tributos, em alguns casos.

A CNI defende



A adoção de certificação de origem digital dos produtos



Prazo máximo de 48 horas para liberação de mercadorias



Fixação de valores mínimos para compras governamentais de bens e serviços (US\$ 100 mil) e construção (US\$ 6,5 milhões)

CNI DIVULGA PROJEÇÕES PARA 2016

“INFORME CONJUNTURAL” APONTA NOVA QUEDA NO PIB INDUSTRIAL NESTE ANO, AGORA DE 5%

O cenário econômico no Brasil não deve melhorar ainda em 2016. Estimativa divulgada em abril pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sugere que o Produto Interno Bruto (PIB) do país deverá registrar nova queda neste ano, de 3,1%.

O céu do setor industrial deve estar ainda mais nublado. A diminuição do PIB na indústria deve ser da ordem de 5%, o que resultaria numa diminuição acumulada de 12% em três anos, de 2014 a 2016. Neste ano, a CNI espera uma queda na produção de 8,1% na indústria da construção, de 6,5% na indústria de transformação e de 1,1% nos

serviços industriais de utilidade pública. No setor industrial, apenas a extrativa deve registrar aumento de produção, da ordem de 7,2%.

documento também estima que a dívida bruta do governo federal passe de 66,5% do PIB para 72,9% neste ano. Entre 2010 e 2013, a relação dívida/

PIB esteve em torno de 52%, o que revela rápida e pronunciada deterioração das contas públicas.

A reversão dessa tendência é um dos desafios mais urgentes já anunciados pelo novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. A CNI considera que “é cru-

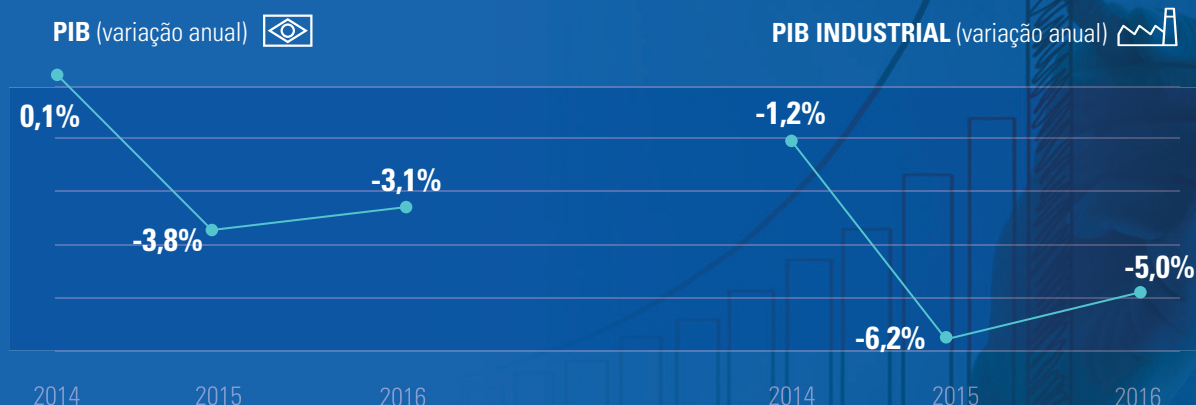
cial reverter o quadro recessivo” e que, para isso, diz o documento, “é indispensável dar uma solução à crise fiscal, com a adoção de medidas de ajuste permanente”.

“É indispensável dar uma solução à crise fiscal, com a adoção de medidas de ajuste permanente”

CNI, Informe Conjuntural

Essas são algumas das projeções da equipe técnica da CNI, registradas na primeira edição do “Informe Conjuntural” do ano, que recolhe dados do primeiro trimestre de 2016. O

A expectativa da CNI para o ano



CORRUPÇÃO NO TOPO DAS PREOCUPAÇÕES

BRASILEIROS CONSIDERAM QUE A CORRUPÇÃO, AS DROGAS E A VIOLÊNCIA SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS DO BRASIL ATUALMENTE, SEGUNDO PESQUISA

Passados mais de dois anos do início da Operação Lava Jato, as dezenas de prisões, delações premiadas e revelações colocaram a corrupção no topo das preocupações dos brasileiros. Nada menos que 65% dos cidadãos citam a corrupção como um dos maiores problemas do Brasil. A série de pesquisas realizadas pelo Ibope Inteligência a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra uma atenção inédita a esse problema, que superou preocupações como as drogas (61%), a violência (57%), a impunidade (51%) e até mesmo a saúde (50%).

A crise econômica, por outro lado, fez com que a maior variação anual nas preocupações dos brasileiros fosse direcionada ao desemprego. No início de 2015, 32% dos entrevistados havia manifestado sua preocupação com a falta ou perda de vagas de trabalho, fosse do próprio entrevistado, de familiares, conhecidos ou até mesmo no país como um todo. No começo de 2016, a proporção de brasileiros preocupados com o

desemprego subiu 14 pontos percentuais, atingindo 46%.

Quando questionados sobre o que consideram ser a prioridade do governo neste momento, entretanto, a lista de prioridades dos entrevistados se altera. A medida mais urgente de todas é a melhoria dos serviços de saúde, citada por 36% dos ouvidos, seguida pelo controle da inflação e pelo combate à corrupção. A demanda por uma saúde melhor lidera as prioridades da população brasileira há pelo menos três anos. Desde o início dos anos 1990, as preocupações dos cidadãos no país já estiveram centradas na inflação (controlada durante o governo Fernando Henrique Cardoso), depois no desemprego (reduzido durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva) e em seguida na qualidade dos serviços de saúde, que ainda não melhoraram significativamente.

Os dados do estudo, intitulado “Retratos da Sociedade Brasileira - 28”, foram obtidos a partir de pesquisa realizada em 143 municípios onde foram entrevistados 2.002 cidadãos.

Principais problemas do Brasil

Porcentagem representa a proporção de entrevistados que citou o problema. Múltiplas respostas eram admitidas.



Prioridades para o governo

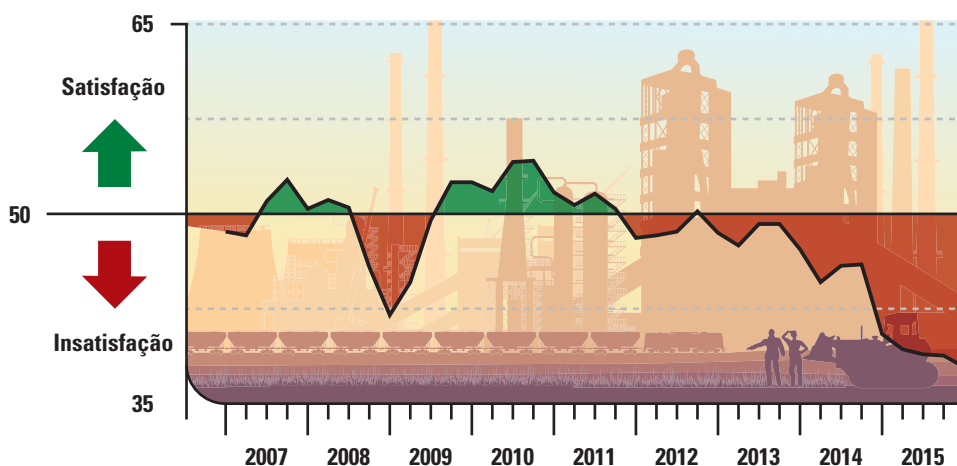
Porcentagem representa a proporção de entrevistados que citou a área. Múltiplas respostas eram admitidas.



SITUAÇÃO FINANCEIRA | RECORDE NEGATIVO

Os empresários industriais revelaram a maior insatisfação com a situação financeira de seus negócios desde que o indicador começou a ser calculado, em 2007. Em março, o índice marcou apenas 37,9 pontos, muito abaixo do limite de 50 pontos que separa a satisfação da insatisfação financeira. A longa crise econômica, a dificuldade de acesso ao crédito e os sucessivos recuos na produção são algumas das razões para a contrariedade. O dado positivo da última “Sondagem Industrial” é que a utilização da capacidade instalada aumentou de 62% em fevereiro a 64% em março.

Indicador revela a maior insatisfação da série



Obs.: Indicadores variam de 0 a 100. Valores maiores que 50 indicam satisfação com a situação financeira.

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO | JUROS ALTOS E DEMANDA BAIXA

O último relatório da “Sondagem Indústria da Construção” traz uma radiografia clara e pessimista sobre um dos setores mais afetados pela crise econômica. Com nível de atividade em queda, demissão de empregados e diminuição das margens de lucro, os empresários da construção estão preocupados e insatisfeitos. Os principais problemas enfrentados pelo setor são as taxas de juros elevadas, a demanda interna insuficiente e a inadimplência dos clientes. As expectativas indicam novas quedas no nível de atividade, na inauguração de novos empreendimentos e nas compras de insumos e matérias-primas.



Principais problemas enfrentados pela indústria da construção

Percentual dos entrevistados que citaram o problema como um dos três mais importantes

39% Taxa de juros elevada

36% Demanda interna insuficiente

31% Inadimplência dos clientes

31% Elevada carga tributária

28% Falta de capital de giro

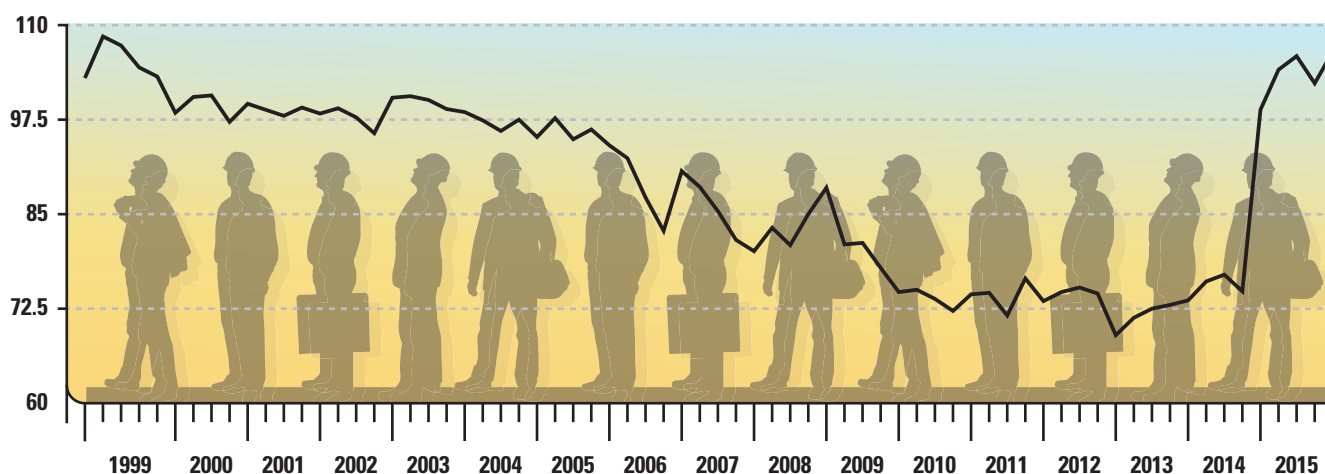
17% Burocracia excessiva

MEDO DO DESEMPREGO | VOLTA AO PASSADO

O Índice de Medo do Desemprego (IMD) atingiu, em março, os 106,5 pontos, muito próximo do nível mais alto da série iniciada em 1999, quando o país enfrentou a desvalorização do real com sérios impactos no mercado de trabalho. O indicador é obtido por meio de pesquisas de opinião pública que medem a intensidade do medo de ser afetado pelo desemprego, a partir da experiência pessoal do entrevistado e da percepção sobre os riscos de demissão entre pessoas de sua família.

Desemprego assusta de novo

Dado mais recente mostra nova piora do índice, calculado sobre a base 100 da média de 2003.



MERCADO DE TRABALHO | O POTENCIAL DAS MULHERES

Apesar de as mulheres terem o mesmo nível educacional dos homens no Brasil, elas ainda não conseguiram a mesma inserção no mercado laboral. Enquanto 84% dos brasileiros estão trabalhando, apenas 61% das brasileiras o fazem, segundo estudo do Ibope Inteligência feito a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI). As principais razões que tiram as mulheres do mercado de trabalho são os baixos salários e a necessidade de tomar conta de filhos e parentes, razão que tira mais trabalhadoras do mercado quanto mais baixa é a renda familiar. O estudo completo está na Nota Econômica número 3 de 2016, divulgada em abril.



O que tira as mulheres do mercado de trabalho

Razões citadas pelas entrevistadas pelo Ibope Inteligência

24% O salário era baixo

23% Precisava tomar conta de filhos e parentes

19% Recebi uma oferta de trabalho melhor

14% Precisava de tempo para ficar com a família

Obs: A pesquisa do Ibope Inteligência ouviu 2.002 entrevistados em 140 municípios.



*Encontro de Robson
Braga de Andrade
com Michel Temer*

A AGENDA PARA O BRASIL SAIR DA CRISE

EM ENCONTRO COM O PRESIDENTE MICHEL TEMER, ROBSON BRAGA DE ANDRADE
ENTREGOU DOCUMENTO COM 36 PROPOSTAS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO

Está nas mãos do presidente em exercício Michel Temer a “Agenda para o Brasil sair da Crise 2016-2018”. O plano foi elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e contém 36 propostas para o país deixar a recessão para trás. O documento foi entregue pessoalmente pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, no dia 29 de abril.

As propostas foram desenvolvidas a partir do diagnóstico de que é necessário inicialmente garantir a sustentabilidade fiscal e melhorar a eficiência do Estado. A CNI defende que isso seja feito por um ajuste fiscal baseado em controle de gastos, desvinculação de receitas e reforma da Previdência.

O equilíbrio das contas públicas não

é suficiente para tirar o Brasil da crise. É necessário também tratar do aumento da competitividade e das condições para a expansão do investimento.

“O documento aponta corretamente a importância crucial de se fazer um ajuste fiscal como forma de recuperar a confiança”, avalia o economista Armando Castelar, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “Trata também de outros temas importantes como o investimento em infraestrutura, regulação e segurança jurídica.”

Esses assuntos, citados pelo pesquisador, são temas de alguns dos grupos de propostas estruturais (veja resumo na página 37). Um bom exemplo é o de regulação e segurança jurídica,

que tem propostas como o fortalecimento das agências reguladoras, a autonomia do órgão que faz licenciamento ambiental e a simplificação desse processo.

Também há proposta para disciplinar a desconsideração da personalidade jurídica, com apoio ao PLC 69/2014, atualmente em tramitação no Senado. Essa foi uma das principais propostas destacadas por Armando Castelar como “muito importante para a retomada do investimento”. (Sobre esse projeto, leia reportagem à página 14.)

Estão na agenda entregue a Temer ainda a priorização das exportações como motor do crescimento. Há a sugestão de negociar acordos comerciais e consta da lista iniciar discussões para

ter futuros acordos com Estados Unidos, Japão, África do Sul e Canadá, assim como concluir as negociações para o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, como defendido pelo professor Simão Davi Silber, da Universidade de São Paulo (USP) (leia entrevista à página 42.)

Outra proposta é que as políticas macroeconômicas sejam coordenadas de forma que a taxa de câmbio seja mantida com competitividade e mais estabilidade. Há ainda medidas de financiamento e tributação específicas e a defesa da facilitação do comércio exterior.

Para acelerar o processo de concessões e privatização na infraestrutura, há listadas propostas de revisão do regime de partilha das concessões de óleo e gás, transferência das administrações

portuárias para o setor privado e aumento da participação privada no setor de água e esgoto, entre outras.

De acordo com Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), há atualmente um grande déficit nos setores de infraestrutura, o que representa uma oportunidade de atrair investimentos rapidamente.

“As propostas da CNI vão no sentido de ter estabilidade regulatória e segurança jurídica”, diz Pires. “O governo precisa deixar de ser intervencionista e passar a ser regulador e fiscalizador, com modelos de concessão que garantam o investimento privado. Precisamos de uma regulação que respeite o mercado”, diz o especialista.

Segundo Pires, a agenda apresentada pela CNI a Temer está de acordo com essa visão. E, sim, o Brasil pode sair da crise.

UM RESUMO DAS 36 PROPOSTAS ENTREGUES A MICHEL TEMER



I. EFICIÊNCIA DO ESTADO

Reforma da Previdência e controle de gastos



II. TRIBUTAÇÃO

Reforma do ICMS e compensação de créditos entre tributos federais



III. RELAÇÕES DE TRABALHO

Regulamentação da terceirização e valorização da negociação coletiva



IV. INFRAESTRUTURA

Revisão do regime de partilha em óleo e gás e transferência das administrações portuárias ao setor privado

Taxa de câmbio competitiva e estável é uma das reivindicações da agenda entregue a Michel Temer.



V. FINANCIAMENTO

Estímulo à ampliação do financiamento privado de longo prazo



VI. COMÉRCIO EXTERIOR

Negociação de acordos comerciais e manutenção de câmbio competitivo e estável



VII. SEGURANÇA JURÍDICA E REGULAÇÃO

Regulamentação dos procedimentos para desconsideração da personalidade jurídica e fortalecimento das agências reguladoras



VIII. INOVAÇÃO

Regulamentação do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e aprimoramento da Lei do Bem

PERNAMBUCO TREINA PARA EXPORTAÇÃO

Para conquistar novos mercados e aumentar as exportações de fábricas pequenas, a Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE) promoveu treinamento em planejamento estratégico com profissionais ligados à área de comércio exterior no estado. A iniciativa, realizada em parceria com a Rede CIN, faz parte do Projeto Inserção Internacional Competitiva de Pequenos Negócios, que tem como objetivo dar mais dinamismo e internacionalização às indústrias de menor porte no estado.

GESTÃO DE QUALIDADE NA PAUTA DA BAHIA

A Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB) tem buscado fortalecer seu papel como agente indutor de sustentabilidade e disseminador da cultura da gestão de qualidade. Para isso, está implantando o Sistema de Gestão Integrado (SGI) em Qualidade e Meio Ambiente, que pretende adequar procedimentos da federação às normas ISO 9001, de padronização na gestão, e ISO 14001, de redução de impactos ambientais, prioridades do presidente da federação, Ricardo Alban.





Foto: Unicom

FIERGS SE DESTACA EM PESQUISA SOBRE MARCAS

A Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) continua sendo a entidade empresarial mais lembrada e preferida dos gestores de negócios no estado. Em sua 18ª edição, o estudo "Marcas de Quem Decide" é realizado anualmente pelo Jornal do Comércio em parceria com a Qualidata Pesquisas. Neste ano, a FIERGS teve 24% das lembranças na categoria entidade empresarial e 19% como entidade preferida dos gestores de negócios.

PROPRIEDADE INTELECTUAL É PRIORIDADE NA AGENDA DO DF

No último dia 28 de abril, a Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA), em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), realizou curso de capacitação dirigido a empresários, lideranças sindicais e profissionais do setor. O curso abordou questões sobre propriedade intelectual, gestão de marcas, desenhos industriais, patentes, direitos de autor e gestão da inovação. Segundo o diretor de Inovação e Desenvolvimento Tecnológico da FIBRA, Graciomário Queiroz, a proteção ao patrimônio intelectual deve ser uma das prioridades da agenda industrial.

ACRE ORIENTA EMPRESAS SOBRE NORMAS DO TRABALHO

Com objetivo de orientar empresas quanto ao cumprimento das Normas Regulamentadoras sobre procedimentos obrigatórios que visam assegurar a saúde e segurança dos empregados, a Federação das Indústrias do Estado do Acre (FIEAC) realizou, no dia 4 de maio, o curso "Como lidar com as NRs que impactam a indústria". Augusto Dourado, instrutor do curso, lembrou que "o não cumprimento de alguns itens estabelecidos por uma NR pode gerar autuação e, consequentemente, o pagamento de multa por parte do empresário", prejudicando o negócio.



Foto: Miguel Ângelo

GIRO GLOBAL

FEIRA DE HANNOVER PROMOVE INDÚSTRIA 4.0

Na última semana de abril, 16 empresas formaram a delegação brasileira que viajou à Alemanha para a Feira de Hannover, maior vitrine do mundo em tecnologia industrial. O tema do evento foi a chamada indústria 4.0, considerada a nova revolução da produção que utiliza tecnologias como a “Internet das coisas” e a “computação em nuvem”, formando fábricas mais inteligentes. A participação do Brasil foi coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS). Além da feira, o grupo visitou grandes indústrias alemãs, como a Volkswagen.



INDÚSTRIA ALEMÃ COBRA INFRAESTRUTURA DIGITAL

Na Alemanha, a federação da indústria do país (BDI) pediu ao governo mais e maiores investimentos na infraestrutura de telecomunicações para acelerar a digitalização fabril com a ampliação da banda larga no país. “Precisamos impulsionar o uso das tecnologias digitais na indústria se não quisermos que a Alemanha fique para trás”, defendeu o presidente da entidade, Ulrich Grillo. Segundo a BDI, a indústria alemã está insatisfeita com o ritmo de expansão das redes digitais, a espinha dorsal da inovação e da competitividade.



GRANDES E PEQUENAS SE UNEM NA COLÔMBIA

Na Colômbia, 33 grandes indústrias vão apoiar a capacidade produtiva de pequenas empresas em todo o país, num pacto chamado Competitividade Inclusiva. O programa busca aumentar a produtividade das pequenas e habilitá-las a serem fornecedoras das grandes indústrias, formando cadeias também mais competitivas. O pacto é uma iniciativa da Associação Nacional de Empresários da Colômbia (Andi) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). “O desenvolvimento econômico se potencializa quando existem relações de cooperação e trabalho conjunto”, defende a Andi.

AMCHAM INCENTIVA CADEIAS GLOBAIS

As cadeias globais são complexas, mas ajudam a romper barreiras e promovem a competitividade. Esse é um dos pilares da atuação da U.S. American Chamber of Commerce (Amcham), uma das principais entidades do mundo na promoção do comércio. No mapa, é possível entender como indústrias em todo o mundo participam da montagem de um Boeing 787, que tem peças vindas de diferentes continentes.



CHILE MONITORA DADOS SOBRE CLIMA

No Chile, a Sociedade de Fomento Fabril (SOFOPA) tem monitorado dados sobre as mudanças climáticas e ajudado os empresários a entender seus impactos na indústria. A entidade acompanha as ações decorrentes do Acordo de Paris, firmado na Conferência das Partes das Nações Unidas (COP 21), no ano passado. Esse tratado tem três pilares fundamentais: limitar o aumento da temperatura terrestre, facilitar fluxos financeiros consistentes com uma trajetória de desenvolvimento de baixo carbono e aumentar a capacidade de adaptação sobre os impactos negativos das mudanças climáticas.

Simão Davi Silber

ECONOMIA MUNDIAL PODE AJUDAR NA RETOMADA

PROFESSOR DA USP DIZ QUE CENÁRIO EXTERNO PODE SER BOM
NO CURTO PRAZO E CONFIAR NO ACORDO COM A UNIÃO EUROPEIA

As perspectivas ruins para a economia brasileira nos próximos dois anos podem ter a ajuda do cenário externo, como as negociações comerciais que serão retomadas em meados deste mês para o estabelecimento de uma área de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, segundo o professor Simão Davi Silber, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. Um dos mais requisitados analistas brasileiros da economia internacional, Silber considera que as perspectivas no cenário externo para a economia brasileira são boas no curto prazo, com crescimento estimado de 3% da economia mundial neste ano.

Como o senhor vê uma recuperação da economia brasileira no curto prazo com base na exportação de commodities?

Do ponto de vista do preço das commodities, as projeções mais realistas mostram que as perspectivas de recuperação vão continuar muito baixas nos próximos dois anos. Não haverá refresco. O que interessa para nós, como no caso do minério de ferro, o preço caiu de US\$ 200 a tonelada em 2011 para os atuais US\$ 54. No caso da soja também. Não conheço nenhuma projeção que mostre uma recuperação.

Então o cenário é muito negativo?

Não é um cenário de euforia como foi



Foto: Arquivo pessoal

Para Silber, a não ser pelo preço das commodities, a economia mundial vai bem

na década passada, mas está previsto um crescimento mundial entre 3 e 3,4%, o que não constitui um cenário desfavorável, a não ser pelo preço das commodities. Mas o resto da economia vai bem.

E em termos de fluxos de capital?

A gente vai ter afluxo de recursos, mas certamente não na proporção de 2013. Poderão subir as taxas de juros nos Estados Unidos, o que significaria uma diminuição no fluxo de investimentos para outros mercados como o Brasil.

O senhor considera que a recuperação do ambiente

econômico na Argentina abriria oportunidades para o Brasil?

As oportunidades são muito pequenas, uma vez que a economia argentina encolheu muito nos últimos tempos e as nossas exportações para aquele mercado se reduziram drasticamente.

E na economia chinesa?

Existe, entre aqueles que se debruçam sobre as particularidades do processo chinês, uma grande incógnita tanto para o Brasil como para o resto do mundo, uma vez que a China é hoje a segunda maior economia do planeta. A grande dúvida é se o governo chinês conseguirá fazer a transição entre o modelo atual de uma economia

de produção voltada para a exportação para um modelo que privilegie a ampliação do mercado interno. A grande incógnita é se haverá um pouso suave nessa transição ou se haverá um crash landing (pouso forçado). Essa segunda possibilidade seria muito ruim para o Brasil.

Então que iniciativa o governo deveria tomar para sair da atual situação?

Creio que o governo deveria se empenhar nas negociações no âmbito do Mercosul com a União Europeia, que já estão muito avançadas. Acho que a chance está aí. Trata-se de vender mais e, dessa forma, acelerar o crescimento.

ESCOLAS MÓVEIS AMPLIAM FRONTEIRAS

PROJETO COMPLETA QUATRO ANOS EM JUNHO E REGISTRA A FORMAÇÃO DE 52 MIL ALUNOS EM CURSOS REALIZADOS EM 24 ESTADOS

O projeto de superar os desafios logísticos do Brasil e levar a educação profissional onde ela for necessária no país completa quatro anos com marcas notáveis. As escolas móveis do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) já somam mais de 300, atendem 24 estados e formaram cerca de 52 mil alunos, num projeto que conta com parceria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Felipe Morgado, gerente-executivo de Educação Profissional e Tecnologia do SENAI, considera que as escolas móveis atendem a “uma boa parcela da forte demanda das indústrias sem perder a qualidade das unidades educacionais fixas”. Ainda que algumas adaptações curriculares e de espaço físico tenham que ser feitas, não há perda na qualidade da formação técnica, assegura. “Eu vejo que o grande desafio foi, exatamente, acomodar esses equipamentos, as novas tecnologias exigidas, para montar laboratórios em espaços limitados”, diz Morgado.

Cada unidade móvel utiliza um dos seguintes tipos de equipamento: o semirreboque, os kits de formação

profissional e o barco-escola. Os semirreboques ou carretas são salas de aula sobre rodas e levam conhecimento às cidades mais distantes. As carretas permitem montar um laboratório, oficina ou salas de aula modulares para até 18 alunos, sempre com o auxílio de recursos tecnológicos.

“O curso de manutenção de máquinas agrícolas, por exemplo, tem uma tecnologia fantástica de demonstração via

mobiliários transportáveis e instaláveis em salas de aula. Atendem a demandas das indústrias, de entidades da sociedade civil e de prefeituras. São mais usados para o aprendizado de ofícios como corte e costura, mecânica de bicicleta e eletricitista.

Já a mobilidade na água esteve por muitos anos restrita ao Samaúma, barco-escola ativo no Rio Amazonas desde 1979, em etapa anterior do programa,

que oferecia educação a três ou quatro comunidades ribeirinhas por ano. Após a parceria com o BNDES, entrou em funcionamento o Samaúma II, com capacidade para atender a 3 mil alunos por ano em 18 tipos de cursos, entre eles mecânica, confecção, panificação, segurança no traba-

lho e construção civil.

Morgado ressalta que a estratégia da educação por meio móvel tem no atendimento pontual uma de suas principais qualidades, dispensando a necessidade de grandes investimentos na construção de unidades escolares fixas. Após o atendimento a uma comunidade, a unidade móvel desloca-se a outro município e leva consigo a infraestrutura necessária para o novo curso.

“A tecnologia permite dar uma visão das operações de segurança em tela, levando a educação até o aluno dentro de uma usina”

João Quirino, gerente de Educação Profissional do SENAI-GO

multimídia”, conta Jorge Quirino, gerente de Educação Profissional do SENAI em Goiás. “A tecnologia permite dar uma visão das operações de segurança em tela, levando a educação até o aluno dentro de uma usina”, exemplifica o educador, que há 30 anos trabalha com capacitação profissional no SENAI.

Outro recurso do programa são os kits de formação profissional, que contam com equipamentos, materiais e



Foto: Hélio Romero



Foto: Hélio Romero

Unidades móveis do SENAI combinam mobilidade e rapidez de instalação com sofisticação e alta tecnologia em pequenos espaços.

LOBBY COM BOA CONDUTA

CURSO DO IEL OFERECEU FORMAÇÃO SOBRE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS



Pedro França/Agência Senado

Legislativo é a principal instituição de interlocução entre autoridades políticas e representações de interesses setoriais.

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) promoveu a primeira edição do curso de “Relações Governamentais na Estratégia Corporativa”, marcando uma clara distinção entre o lobby baseado na legítima representação de interesses e na boa conduta daquela inde desejada pressão ilegal e antiética sobre autoridades políticas.

Entre os meses de março e abril, 24 executivos fizeram um curso de imersão em Brasília durante duas semanas, com aulas sobre o funcionamento dos poderes, o processo legislativo e os recursos

democráticos e legais na defesa de interesses do setor produtivo.

Para Eduardo Fayet, gerente-executivo de Desenvolvimento Empresarial do IEL, o curso atendeu a uma forte demanda das empresas, com crescente desejo em conhecer melhor o funcionamento da máquina pública e ampliar o diálogo em defesa dos interesses da indústria. “Na verdade, trata-se de ensinar a fazer lobby junto a setores governamentais, com ética e boa conduta”, explica Fayet.

Em outras palavras, o desejo das empresas é ter o manejo de ferramentas

que auxiliem o diálogo com os centros de decisões do poder público, em favor dos interesses de cada área de negócios. O curso atendeu, assim, a uma carência existente no país na formação de profissionais voltados para esse importante relacionamento entre empresas e autoridades políticas.

O curso foi coordenado pelo professor Ricardo Caldas, doutor em Relações Internacionais na Universidade de Kent, e contou com a participação de diversos especialistas. A segunda edição do curso ocorrerá em setembro, em São Paulo.

CONHEÇA O SISTEMA INDÚSTRIA

CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) representa 27 federações de indústrias e mais de 1.200 sindicatos patronais, aos quais são filiadas quase 700 mil indústrias. Desde sua fundação, em 1938, atua na articulação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e com entidades e organismos no Brasil e no exterior.

SESI

O Serviço Social da Indústria (SESI) oferece, desde 1946, soluções para as empresas industriais brasileiras por meio de uma rede integrada, que engloba atividades de educação, segurança e saúde do trabalho e qualidade de vida.

SENAI

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é um dos cinco maiores complexos de educação profissional do mundo e o maior da América Latina. Desde 1942, seus cursos já formaram quase 70 milhões de trabalhadores profissionais para a indústria.

IEL

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) prepara as empresas brasileiras para um ambiente de alta competitividade. Criado em 1969, oferece soluções em gestão corporativa, educação empresarial e desenvolvimento de carreiras.

MÍDIAS SOCIAIS

CNI

<https://www.facebook.com/cnibrasil>
<https://www.flickr.com/photos/cniweb>
<https://instagram.com/cniabr/>
https://twitter.com/cni_br
<https://www.linkedin.com/company/confedera-o-nacional-da-ind-stria-cni->

SENAI

<https://www.facebook.com/senainacional>
https://www.instagram.com/senai_nacional/
<https://twitter.com/senainacional>
<https://www.youtube.com/user/senaiabr>

SESI

<https://www.facebook.com/SESINacional>
<https://www.youtube.com/user/sesi>

IEL

<https://www.facebook.com/IELbr>
<https://www.instagram.com/ielbr/>
https://twitter.com/iel_br
<https://www.linkedin.com/company/instituto-euvaldo-lodi>



Iniciativa da CNI - Confederação
Nacional da Indústria



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA